



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA  
CNPJ 19.876.424 / 0001-42  
Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (31) 3829.8000  
CEP: 35162-359 - Ipatinga/MG

SECLI  
FL. RUB.

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2023 – SMA**  
**CÓDIGO UASG: 984625**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3096/2023**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,**  
**MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, CONFORME LEI**  
**COMPLEMENTAR N.º 147/2014, ART. 48, INCISO I.**

O **MUNICÍPIO DE IPATINGA**, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, COM O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE **MENOR PREÇO POR GLOBAL**, PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA SECURITÁRIA (SEGURO)**, PARA **ASSEGURAR VIDAS LIMITADAS A 200 ESTAGIÁRIOS REMUNERADOS DO MUNICÍPIO DE IPATINGA**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 10.520/2002, DECRETO FEDERAL N.º 10.024/2019, DECRETO MUNICIPAL N.º 9.249/2020, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE A LEI FEDERAL N.º 8.666/1993, BEM COMO AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.

**ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS: ÀS 13h00min DO DIA 18/05/2023**

**REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL -**  
***<https://www.gov.br/compras/pt-br>***

**CÓDIGO UASG: 984625**

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de cobertura securitária (seguro), para assegurar vidas limitadas a 200 estagiários



remunerados do Município de Ipatinga, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

## 2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Participa da presente licitação a Secretaria Municipal de Administração do Município de Ipatinga.

## 3. DA DESPESA E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

3.1. Os valores de referência estimados para a presente contratação encontram-se dispostos no Termo de Referência - Anexo I do Edital, tendo sido balizado pelos orçamentos constantes do Processo Licitatório, disponível para vistas na Seção de Compras e Licitações, 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga, situada na Av. Carlos Chagas, n.º 789, Cidade Nobre, em Ipatinga - MG, em dias de expediente, de 08:00 até às 18:00 horas ou por e-mail para os endereços eletrônicos *licitacoes@ipatinga.mg.gov.br* e *licitacoes.ipatinga@gmail.com*. Informações pelo telefone (31)3829-8202.

3.2. As despesas decorrentes da presente prestação de serviços correrão por conta da dotação orçamentária de n.º 04.128.0002.2025.3.3.90.39.00/53 (ficha 174/2023) do orçamento vigente no Município de Ipatinga e pelas que vierem a substituí-las nos próximos exercícios.

## 4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos, observando a destinação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e Equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 147/2014, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP n.º 3, de 2018.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.



4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

4.5. Não poderão participar deste Pregão:

- a) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Empresa impedida de licitar e contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;



e) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

f) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei n.º 8.666/1993;

f.1) Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei n.º 8.666/1993 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

g) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

h) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

i) Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação, ressalvado o disposto no item 15.6.1.1. deste Edital;

j) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

k) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.6. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

## **5. DA AQUISIÇÃO DO EDITAL**

5.1. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no portal de licitações da Prefeitura Municipal de Ipatinga, através do endereço eletrônico [www.ipatinga.mg.gov.br](http://www.ipatinga.mg.gov.br), no portal de compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também no prédio sede da Seção de Compras e



Licitações, 2º andar da Prefeitura Municipal de Ipatinga, situada na Av. Carlos Chagas, n.º 789, Cidade Nobre, em Ipatinga - MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação e mediante o recolhimento da taxa de R\$5,00 (cinco reais) inerentes aos seus custos reprográficos (art. 5º III Lei n.º 10.520/2002).

5.2. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, será enviada aos pretensos Licitantes **pelo e-mail informado no ato do Cadastramento no endereço eletrônico [www.ipatinga.mg.gov.br](http://www.ipatinga.mg.gov.br)**, com o ASSUNTO: *notificação de licitação*.

5.2.1. As mesmas terão publicidade também no endereço eletrônico [www.ipatinga.mg.gov.br](http://www.ipatinga.mg.gov.br) no link: Avisos de licitações, bem como no portal de compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.3. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

## **6. DO CREDECIAAMENTO**

6.1. O licitante interessado em participar do Pregão, na forma eletrônica, deverá:

6.1.1. Credenciar-se previamente no sistema de registro cadastral do SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.1.1.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.1.1.2. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

6.1.2. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.



6.1.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante - excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do município, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.1.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.1.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para enviar proposta, documentos e participar do Pregão na forma eletrônica, bem como solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.1.7. O credenciamento no Cadastro de Fornecedores do SICAF permite a participação dos interessados em qualquer Pregão Eletrônico promovido pelo município, órgão ou entidade promotora da licitação que utilize aquele cadastro, exceto quando a sua inscrição tiver sido inativada ou excluída por solicitação do credenciado ou por seu descredenciamento.

6.1.7.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.1.7.2. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar inabilitação do licitante.

## **7. DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. O(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados para realização deste certame constam na Portaria n.º 5.897/2022.



7.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data, horário e local indicados no preâmbulo do Edital.

7.3. Durante a sessão pública a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico ou por email ([licitacoes@ipatinga.mg.gov.br](mailto:licitacoes@ipatinga.mg.gov.br) e [licitacoes.ipatinga@gmail.com](mailto:licitacoes.ipatinga@gmail.com)), não sendo permitido o contato via ligação telefônica ou quaisquer outros meios de interação.

7.3.1. Se o Licitante encaminhar um e-mail, o(a) Pregoeiro(a) transcreverá o texto no chat para conhecimento de todos os participantes do certame.

7.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

7.5. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão do(a) Pregoeiro(a), deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).

7.6. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6.1. A interação entre pregoeiro(a) e licitante via chat deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, se não houver manifestação no tempo estabelecido prevalecerá o questionamento/afirmação realizado pelo pregoeiro.

## 8. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Após a divulgação do Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço com a descrição do objeto ofertado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a etapa com abertura da sessão pública.



8.1.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação inseridos no sistema.

8.1.1.1. Se houver necessidade de apresentação de documentos complementares após a abertura da sessão, o envio será feito em formato digital, via sistema eletrônico, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), observado o prazo estabelecido no Edital, que deverá ser de, no mínimo, **02 (duas) horas**.

8.1.1.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

8.1.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, nos termos do disposto no art. 26 § 3º do Decreto Federal n.º 10.024/2019, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

8.2.1. A falsidade da declaração mencionada no item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.4. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo II deste Edital e de acordo as seguintes exigências:

8.4.1. Sem emendas, rasuras ou entrelinhas, digitada em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente, podendo as demais serem apenas rubricadas, contendo:





8.4.1.1. Nome ou razão social, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome do funcionário da empresa para contato, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda.

8.4.1.2. Nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto.

8.4.1.3. Preço expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

8.4.1.3.1. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

8.4.1.3.2. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

8.4.1.4. As especificações detalhadas dos produtos, indicando no que for aplicável: marca, modelo, número de série, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, e demais elementos pertinentes.

8.4.1.5. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

8.4.1.5.1. Caso o prazo de que trata o item anterior não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

8.4.1.5.2. Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.

**8.4.1.6. Todas as informações constantes no modelo do ANEXO II, deste Edital.**



8.4.2. Não será aceito produto divergente do estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital, sob pena de desclassificação da proposta e, ainda, das sanções cabíveis. Nos casos de omissões de especificações na proposta será interpretado que o objeto ofertado atende as especificações solicitadas no Edital.

8.5. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta.

8.5.1. As propostas de preços são irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços e nas condições estabelecidas.

8.6. As propostas serão encaminhadas em conformidade com as exigências previstas no Edital.

## **9. DO REGISTRO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA**

9.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total ofertado para o serviço, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

9.2. O licitante deverá promover no sistema o preenchimento dos seguintes campos:

### **9.2.1. O VALOR UNITÁRIO E GLOBAL;**

9.2.1.1. O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

9.2.1.2. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

### **9.2.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.**



9.2.2.1. Descrição detalhada do objeto, conforme Termo de Referência - Anexo I, indicando no que for aplicável, o modelo, número de série, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

9.3. Os valores de referência para aquisição do objeto constam no Termo de Referência - Anexo I, sendo esses valores o máximo aceitável para contratação.

9.4. É expressamente vedada à identificação do proponente no registro das propostas, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.4.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.5. As propostas terão validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

9.6. As proponentes ao cadastrarem suas propostas eletronicamente, antes do encerramento do prazo previsto para recebimento das propostas, deverão apensar o Anexo II deste Edital devidamente preenchido, datado e assinado na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente.

**9.7. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.**

## **10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1. Classificadas as propostas, lançadas eletronicamente no sistema Compras, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.



10.1.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.1.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.1.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.2. Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o modo de disputa **Aberto**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento especificado no item 13.1 deste Edital.

10.2.1. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R\$5,00 (cinco reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.2.2. Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata este item, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.2.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste Edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.2.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o(a) Pregoeiro(a) poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.2.6. Os lances deverão ser oferecidos nos termos permitidos pelo sistema Compras.



10.3. Será desclassificada a proposta lançada eletronicamente no sistema Compras que identifique o licitante ou que não atenda ao estabelecido no Edital.

10.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.5. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do Edital e sistema Compras.

10.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

11.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, nos termos deste Edital, cabendo decisão, pelo(a) Pregoeiro(a), acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à redução do valor.

11.1.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item anterior caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

11.1.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO**



12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes em tempo real.

12.1.1. Após a fase de negociação o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da oferta de menor valor, decidindo motivadamente a respeito, nos termos do item 13.

12.2. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta inicial ou lance ofertado, sujeitando-se o proponente que descumprir sua proposta às penalidades previstas neste Edital. Salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

12.2.1. Caso solicitado cancelamento do último valor ofertado no sistema pela empresa vencedora na etapa de lances e aceito pelo(a) Pregoeiro(a), será examinada as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, se houver.

### **13. DOS REQUISITOS DA PROPOSTA E SUA ACEITABILIDADE**

13.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** para fornecimento do objeto nas condições previstas no Termo de Referência - Anexo I.

13.1.1. O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.2. O sistema eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, cabendo decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da necessidade em negociar ou realizar a aceitação da proposta final na forma apresentada.

13.3. A Proposta de Preço Final, após aplicação do desconto proporcional em todos os itens que a compõem, deverá ser apresentada somente pela licitante vencedora da fase de



**lances/negociação, em conformidade com as exigências previstas no item 8.4 e subitens deste Edital.**

13.3.1. A Proposta de Preços Final deverá ser elaborada de maneira que, ao final dos lances e negociação não haja dízima periódica e não ultrapassem os preços unitários e globais máximos admitidos pela Administração, conforme o valor estimado constante no Termo de Referência - Anexo I.

13.4. Será desclassificada a proposta que (art. 48 e incisos da Lei n.º 8.666/1993):

13.4.1. Não atenda as exigências do ato convocatório, em especial as exigências do item 8.4 e subitens, contiver vícios ou ilegalidades.

13.4.2. Esteja acima do valor unitário e total estimado, após fase de lances/negociação.

13.4.3. Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e ainda financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4.4. Apresente preço manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.4.5. Apresente preço excessivo ao limite estabelecido, após fase de lances e/ou negociações, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, conforme disposto no art. 48, II, da Lei n.º 8.666/1993;

13.4.5.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/1993, para efeito de comprovação de capacidade de cumprimento do objeto, podendo adotar os seguintes procedimentos dentre outros:

13.4.5.1.1. Questionamentos junto à proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade.



13.4.5.1.2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

13.4.5.1.3. A proposta não deve apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.4.5.1.4. A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento *on line* pelos licitantes.

13.4.5.1.5. A não desclassificação da proposta nessa fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito no momento da aceitação.

13.5. A critério do(a) Pregoeiro(a), poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

13.6. Se a proposta final de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13.6.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

13.7. Se houver necessidade de apresentação de documentos complementares após a abertura da sessão, o envio será feito em formato digital, via sistema eletrônico, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), observado o prazo que deverá ser de 02 (duas) horas.

13.7.1. Os documentos complementares mencionados no item anterior são aqueles necessários ao saneamento de dúvida em relação aos documentos apresentados, além de outras informações pertinentes, à critério do(a) Pregoeiro(a).

13.7.2. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de finalizado, e formalmente aceito pelo(a) Pregoeiro(a).





13.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.9. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada.

13.10. Constatado o pleno atendimento dos requisitos de aceitabilidade das propostas, previstos neste Edital e em seus Anexos, será declarada pelo (a) Pregoeiro (a), provisoriamente, a vencedora do certame.

#### **14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

14.1. A proposta ajustada conforme Anexo II - Modelo de Proposta de Preços, com a descrição do objeto ofertado e o preço adequado ao último lance após a negociação deverá ser enviada no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, devidamente assinada.

14.1.1. No encaminhamento da Proposta Final, efetuado nos termos do subitem anterior e em atendimento às exigências do item 8.4 e subitens pertinentes, é expressamente vedada toda e qualquer inovação na natureza do objeto ou nos demais elementos a ele relacionados.

14.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, que deverá ser de, no mínimo, 02 (duas) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

14.2.1. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) no caso de indisponibilidade do sistema, bem como da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante, desde que devidamente comprovada, ou ainda devido à natureza do objeto, quando este requerer maior prazo para adequação da proposta, não podendo este exceder, por qualquer motivo, em 05 (cinco) dias úteis, contados do requerimento de apresentação por parte do(a) Pregoeiro(a).



14.2.2. A solicitação de dilação de prazo deverá ser realizada sempre pelo licitante, exclusivamente via sistema ou email, nos termos do item 7.3. do Edital.

14.3. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: *Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF)*, *Word (extensão .DOC ou DOCX)*, *Excel (extensão .XLS ou .XLSX)*, podendo ser processados por compactação nos formatos *ZIP (extensão .ZIP)* ou *RAR (extensão .RAR)*.

14.4. Os documentos remetidos por meio do sistema Compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).

14.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao(a) Pregoeiro(a), na Seção de Compras e Licitações, 2º andar do Prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga, situado na Av. Carlos Chagas, n.º 789, Cidade Nobre, CEP: 35162-359 em Ipatinga/MG.

14.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação indicada, será desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

14.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput do art. 47 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **15. DA HABILITAÇÃO**

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.1.1. SICAF;



15.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes));

15.1.3. Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas –CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes));

15.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

15.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

15.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.7.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.1.7.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.1.7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

15.1.8. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.1.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.2. Caso não seja verificada nenhuma ocorrência, o(a) Pregoeiro(a) avaliará a Habilitação Jurídica, a Regularidade Fiscal e Trabalhista e a Qualificação Econômico-Financeira do



licitante, conforme itens 15.4 a 15.6 e seus subitens, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF conforme o disposto nos arts. 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, 2018.

15.2.1. Para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018 mediante utilização do sistema, o interessado deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas desta licitação.

15.2.2. O licitante, devidamente cadastrado, que estiver com alguma documentação vencida no SICAF e não a atualizar em tempo hábil, deverá apresentá-la ao(a) Pregoeiro(a), via sistema, junto as outras documentações exigidas para fins de habilitação, até o horário previsto para o recebimento das propostas.

15.3. O licitante que não tiver toda a documentação descrita nos itens 15.4 a 15.6 e subitens contida no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverá apensar ao sistema do Compras apenas a documentação faltante ao SICAF, para efeito de habilitação, até o horário previsto para recebimento das propostas.

#### 15.4. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.4.1. Registro comercial, para empresa individual;

15.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados no órgão competente, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores e/ou a publicação no Diário Oficial dos referidos documentos;

15.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

15.4.4. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



#### 15.5. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

15.5.2. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para processamento do Pregão;

15.5.3. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ou [www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br). Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014.

15.5.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

15.5.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

15.5.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)), conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST n.º 1.470/2011.

15.5.7. A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/2006 deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que existam pendências.

15.5.7.1. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item, após a apresentação da documentação ou após a notificação à empresa por parte do(a) Pregoeiro(a) através de meio eletrônico, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das



pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério do(a) Pregoeiro(a) e, desde que solicitado, por escrito, pela licitante.

15.5.7.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei n.º 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### 15.6. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.6.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade técnica para atendimento ao objeto, constando declaração do emitente de cada atestado de que a prestação de serviços ocorreu, no mínimo, de forma satisfatória, cumprimento de prazos e demais condições da execução consideradas relevantes.

#### 15.7. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.7.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, OU Certidão Positiva de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada do documento abaixo:

15.7.1.1. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial exigida no item anterior, ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, ou documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005.

#### 15.8. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO:

15.8.1. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz.



15.8.1.1. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

15.8.1.2. Se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerão todas as suas filiais.

15.8.2. As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

15.8.3. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar no âmbito do Município de Ipatinga e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, contrato e das demais cominações, segundo disposição deste instrumento.

15.8.4. Recebida a documentação da empresa que teve sua proposta classificada, o(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio fará a análise frente às exigências do Edital, podendo inabilitar a empresa que não atender às exigências acima ou deixar de apresentar as documentações exigidas nos itens 15.4 a 15.6 (e subitens respectivos).

15.8.5. Não serão aceitos pelo(a) Pregoeiro(a) “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**15.9. Qualquer documento que não esteja inserido no SICAF, e que deva ser utilizado para fins de cumprimento dos requisitos de HABILITAÇÃO, deverá ser anexado ao sistema até o prazo previsto para recebimento das propostas, sob pena de inabilitação.**

## **16. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**



16.1. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste Edital e Anexos, a licitante será declarada vencedora.

## **17. DO RECURSO**

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, em até 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer de forma motivada, cabendo ao(a) Pregoeiro(a) verificar os requisitos de admissibilidade do recurso, sem adentrar ao mérito da questão, manifestando pela admissão ou não das razões descritas.

17.2. As razões do recurso de que trata o item acima deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento do prazo acima descrito em campo próprio do sistema.

17.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3.1. Caso a licitante entenda ser necessário para complementar suas razões recursais ou contrarrazões, o envio de arquivos que não possam, pelos seus formatos, serem inseridos no sistema Compras (imagens, prints, vídeos, catálogos, etc.), a mesma deverá mencionar tal necessidade na sua peça recursal inserida no sistema, sob pena de não serem considerados na análise recursal.

17.3.1.1. Após tal menção, a licitante deverá enviar os arquivos para os endereços eletrônicos [licitacoes@ipatinga.mg.gov.br](mailto:licitacoes@ipatinga.mg.gov.br) e [licitacoes.ipatinga@gmail.com](mailto:licitacoes.ipatinga@gmail.com), aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), com a devida informação acerca de qual Pregão Eletrônico se trata (número do Pregão e da Licitação Compras).

17.3.1.2. Ao receber os documentos mencionados no item acima, o(a) Pregoeiro(a) deverá disponibilizar os arquivos imediatamente no sítio eletrônico do Município de Ipatinga, na aba Licitações, para conhecimento dos demais interessados, em atendimento ao Princípio de Publicidade.





17.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 17.1, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17.6. Os licitantes são responsáveis pela contagem dos prazos acima mencionados, bem como pelo acompanhamento das publicações ocorridas no sistema e endereço eletrônico [www.ipatinga.mg.gov.br/licitacoes](http://www.ipatinga.mg.gov.br/licitacoes), ficando a Administração Pública isenta de quaisquer responsabilidades por perda de prazo.

17.7. Recebido, examinado e decidido o recurso, e constatada a regularidade dos atos praticados o(a) Pregoeiro(a), caso mantenha sua decisão, encaminhará o procedimento à autoridade competente para adjudicação e homologação.

17.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Compras e Licitações, 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga, situada na Av. Carlos Chagas, n.º 789, Cidade Nobre, em Ipatinga/MG.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

18.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo(a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

18.2. A homologação deste Pregão compete ao Ordenador de Despesas da Secretaria participante.

18.3. O objeto deste Pregão será adjudicado à vencedora do respectivo objeto.

## **19. DO CONTRATO E DA VALIDADE**

19.1. A adjudicatária deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, junto à Secretaria Municipal de Administração, na Av. Carlos Chagas, n.º 789, térreo, Bairro Cidade Nobre – Ipatinga/MG.



19.2. Observar-se-ão, na formalização do Contrato a ser firmado, os dispositivos deste Termo de Referência e do artigo 55 da Lei n.º 8.666/1993.

19.3. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado, alterado ou aditado conforme dispõe inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o Município de Ipatinga, desde que satisfeitas às exigências legais, regulamentares e seja previamente justificado e formalizado por Termo de Aditivo.

19.3. Poderá a Administração, quando adjudicatária não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, aplicar as sanções cabíveis e convocar os licitantes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

19.4. Em casos de contratação de remanescente, em consequência de rescisão contratual, deverá ser atendida a ordem de classificação e aceitas as mesmas condições oferecidas pela empresa contratada, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

## **20. DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Administração especialmente designado.

20.2. O representante da Administração Municipal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

20.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

20.4. Ficam designados como fiscais para acompanharem e fiscalizarem a execução do contrato os servidores Lorena Silva Leal Maciel, matrícula 137.797-X e Beatriz Palha Leite, matrícula 108.796-0.

20.5. A designação do fiscal de recebimento deverá ser publicada em ato específico no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ipatinga no momento da Homologação do certame.



## **21. DAS RESPONSABILIDADES**

### **21.1. DA LICITANTE VENCEDORA**

21.1.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, dentro do prazo e condições estabelecidas, conforme solicitação emitida pelo Município de Ipatinga;

21.1.2. Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, empreendendo as melhores práticas, observando as normas técnicas aplicáveis, primando sempre pela qualidade e atenção às especificidades indicadas pelo Município de Ipatinga;

21.1.3. Responder pelos danos diretos ou indiretos causados ao município de Ipatinga ou a terceiros, de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto ou posteriores à execução, mas que dela decorram, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento exercido pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização;

21.1.4. Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e a qualificação técnica especificadas no Termo de Referência, durante a prestação dos serviços;

21.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto;

21.1.6. Refazer os serviços, nos quais se verificarem insatisfatórios ao cumprimento do objeto, a partir do conhecimento da demanda devidamente informada pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização;

21.1.7. Não prestar os serviços de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já, exime o Município de Ipatinga de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitada em seu nome por elementos não



credenciados;

21.1.8. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

21.1.9. Elaborar apólices condizentes com as exigências do Termo de Referência para que não haja conflito de disposições, e fornecer, junto com as apólices de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem tomadas em casos de sinistros;

21.1.10. Emitir a (s) apólice (s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato ou da inclusão do estagiário no quadro de segurados; garantindo o pagamento de uma indenização aos Segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas; de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

21.1.11. As apólices deverão ser entregues no Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos DERHU (No térreo do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga) em até 30 dias após sua emissão;

21.1.12. Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações que produzam durante a vigência do seguro, alterado através do endosso;

21.1.13. Permanecer como única e total responsável perante o Município de Ipatinga inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

21.1.14. Enviar mensalmente para o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DERHU uma relação com as vidas asseguradas para Av. Carlos Chagas, 789 – Bairro Cidade Nobre – Telefone (31) 3829-8236 – CEP: 35.162-359.

21.1.15. Enviar mensalmente a fatura com antecedência mínima de 30 dias do vencimento.

21.1.16. Na eventual ocorrência de sinistro, a empresa contratada deverá efetuar o



pagamento do prêmio aos beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução pelo Município de Ipatinga.

## 21.2. DO MUNICÍPIO DE IPATINGA

21.2.1. Orientar a licitante vencedora quanto à execução do objeto.

21.2.2. Fornecer e garantir à licitante vencedora, todos os elementos e informações pertinentes que se fizerem necessários à correta execução do objeto.

21.2.3. Permitir o acesso da licitante vencedora nas suas dependências, de acordo com as normas e procedimentos de controle interno para acesso.

21.2.4. Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa à execução do objeto, em face das condições contratadas.

21.2.5. Indicar os profissionais da Administração que acompanharão, fiscalizarão e atestarão à entrega do objeto.

21.2.6. Remunerar a licitante vencedora nas condições contratadas, exclusivamente aos serviços corretamente prestados.

21.2.7. Rejeitar os serviços e solicitar que sejam empreendidas pela licitante vencedora, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que a execução do objeto apresente qualquer inconformidade em relação ao contratado e/ou não atenda às necessidades específicas do Município de Ipatinga.

21.2.8. Comunicar formalmente à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigir falhas ou irregularidades encontradas.

21.2.9. Cumprir todas as normas e condições estabelecidas.

21.2.10. Informar a licitante vencedora, por meio eletrônico, relação completa dos estagiários contendo nome completo, CPF, data do nascimento, seu beneficiário e data de admissão dos mesmos, quando do envio da nota de empenho e ou boleto.



21.2.11. Informar a licitante vencedora sempre que houver inclusão / exclusão de estagiários.

## **22. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

22.1. A licitante vencedora emitirá APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo aos estagiários remunerados do Município de Ipatinga com cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, abrangendo as seguintes coberturas:

- a) **MORTE POR ACIDENTE** – Garante aos beneficiários do segurado o pagamento do valor do capital contratado;
- b) **INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE** – No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital segurado restante será automática, após cada acidente.

22.2. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantido os riscos relativos às atividades profissionais e extras profissionais.

22.3. A seguradora possibilitará a inclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da APÓLICE, garantindo a cobertura a partir da data de admissão no Município de Ipatinga, limitando-se a 200 (duzentos) estagiários simultaneamente, conforme consta do objeto no Termo de Referência.

22.4. A seguradora também possibilitará a exclusão de estagiários, a qualquer tempo, durante o período de duração da APÓLICE.

22.5. O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de estagiários será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados.

## **23. DO PAGAMENTO**

23.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

- a) em moeda corrente;



b) em até trinta dias subsequentes à data de apresentação do Documento Fiscal relativo aos serviços efetivamente prestados, devendo a mesma estar assinada por funcionário autorizado para o recebimento, emitida em nome do Município de Ipatinga e atestada pela unidade requisitante;

c) no corpo do Documento Fiscal deverá constar o número da conta bancária e agência onde será efetuado o crédito para quitação da mesma, bem como o número da Nota de Empenho.

23.2. O prazo para pagamento será efetivamente contado a partir do momento em que a licitante vencedora apresentar corretamente o Documento Fiscal e as demais documentações, conforme exigidas para habilitação no processo licitatório e cumprir integralmente as condições contratadas;

23.3. Em caso de irregularidade do Documento Fiscal pela licitante vencedora, o prazo de pagamento, sem alteração do seu valor, será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

23.4. Consideram-se incluídas nos preços contratados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza; e outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto;

23.5. O Documento Fiscal deverá ser emitido pela licitante vencedora, contendo obrigatoriamente o n.º de inscrição no CNPJ da efetiva empresa constante dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO, não se admitindo outro CNPJ, de filial ou da matriz.

23.6. O pagamento será efetuado de acordo com os serviços executados e, de acordo com a quantidade de vidas asseguradas mensalmente, após a comprovação da execução dos mesmos nas condições exigidas.

## **24. DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS**



24.1. No caso de atraso no pagamento, os preços serão atualizados pelo IPCA- Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo, calculado “*pro-rata tempore*” entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento.

24.2. A atualização dos preços por atraso de pagamento só será feita nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade do Município de Ipatinga.

## **25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do licitante vencedor, sujeitando-o, dentre outras, às seguintes penalidades, aplicáveis por representação do Ordenador de Despesas, nos termos das Leis Federais n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública na esfera Municipal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

25.2. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando for o caso, será descredenciado no CGF - Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Ipatinga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos seguintes casos:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- f) Não mantiver a proposta;





- g) Não entregar amostra;
- h) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- i) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- j) Falhar ou fraudar a execução.

25.3. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/1993.

## **26. DAS MULTAS**

26.1. A licitante vencedora sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, calculada sobre o valor global da nota de empenho:

- a) será de 0,034% (zero virgula zero trinta e quatro por cento) por dia de atraso, caso venha incorrer em atraso no fornecimento do objeto;
- b) será de 4% (quatro por cento), caso venha se conduzir culposamente, infringindo, por negligência, imprudência ou imperícia, alguma cláusula estabelecida neste instrumento;
- c) será de 5% (cinco por cento), por se conduzir dolosamente infringindo as cláusulas estabelecidas neste instrumento durante o fornecimento do objeto;
- d) será de 10% (dez por cento), caso venha desistir dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais.

26.2. As multas serão descontáveis dos créditos que a empresa tenha junto ao Município de Ipatinga, devendo ser aplicadas por representação do Ordenador de Despesas.

26.3. Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa:

- a) greve generalizada dos empregados da fornecedora;
- b) interrupção dos meios normais de transportes;
- c) acidente que implique em retardamento do fornecimento sem culpa por parte da licitante vencedora.

## **27. DA RESCISÃO**

27.1. O Município de Ipatinga poderá rescindir o instrumento equivalente ao contrato, (empenho), independentemente de qualquer interpelação judicial, por interesse público



devidamente qualificado e no caso de a Licitante Vencedora infringir quaisquer dos itens do Edital, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Quando ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na prestação dos serviços;
- c) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da prestação dos serviços a outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial;
- d) O desatendimento reiterado das determinações da fiscalização;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pela fiscalização;
- f) A dissolução da sociedade da Licitante Vencedora;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Licitante Vencedora, que prejudique a prestação dos serviços;
- h) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução de seu objeto.

## **28. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

28.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, nos termos do art. 12 do Decreto Municipal n.º 9.249 de 28 de janeiro de 2020, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, mediante petição a ser protocolada, pessoalmente, por correspondência ou por email, devendo ser o original protocolizado na Seção de Compras e Licitações - 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga, situada na Av. Carlos Chagas, n.º 789, Cidade Nobre, em Ipatinga/MG, em dias de expediente, até às 18:00 horas ou por e-mail para os endereços eletrônicos *licitacoes@ipatinga.mg.gov.br* e *licitacoes.ipatinga@gmail.com*.

28.2. Caberá à autoridade competente decidir sobre a impugnação e a(o) Pregoeiro(a) responder ao pedido de esclarecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da petição.

28.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo, salvo decisão expressa e motivada da autoridade competente.



28.2.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site *ipatinga.mg.gov.br* e no site sistema plataforma de licitações Compras: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **29. DISPOSIÇÕES FINAIS**

29.1. Integram este Pregão:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III – Minuta do Contrato.

29.2. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, usando, sobretudo a razoabilidade e proporcionalidade nas decisões, desde que não frustre a essência do Pregão, evitando justamente que formalismos desnecessários procrastinem os fins perseguidos pela Administração.

29.3. Fica assegurado ao Município de Ipatinga, o direito de revogar em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, conforme previsto no art. 15 do Decreto Municipal n.º 9.249/2020 e do art. 49 da Lei n.º 8.666/1993, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

29.3.1. Fica assegurado ao Município de Ipatinga, o direito de, no interesse público e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, alterar as condições deste Edital, Termo de Referência e qualquer documento pertinente a esta licitação, fixando novo prazo.

29.3.1.1. Qualquer modificação no Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente,



a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme disposto no art. 21, §4º da Lei n.º 8.666/1993.

29.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Ipatinga não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Ipatinga.

29.7. O preço de referência para os produtos relacionados será no máximo o preço médio apurado na pesquisa de mercado realizada pela Administração, à qual encontra-se nos autos do processo à disposição dos interessados, na Seção de Compras e Licitações, 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga.

29.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro fornecimento.

29.9. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 3.555/2000, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Municipal n.º 9.249/2020, Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas aplicáveis ao objeto deste certame.

29.10. As informações constantes neste Edital foram transcritas do Termo de Referência – Anexo I, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido. Em caso de divergência entre os documentos acima mencionados prevalecem àqueles definidos no Termo de Referência.

29.10.1. O presente processo encontra-se disponível na Seção de Compras e Licitações, devidamente instruído nos termos da Lei n.º 10.520/2002, para eventuais consultas dos interessados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**  
CNPJ 19.876.424 / 0001-42  
Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (31) 3829.8000  
CEP: 35162-359 - Ipatinga/MG

SECLI  
FL. RUB.

29.11. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

29.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Ipatinga/MG, com exclusão de qualquer outro.

Ipatinga, 05 de maio de 2023.

Bruno Santos Ameida  
Secretário Municipal de Administração



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2023 – SMA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3096/2023**

**OBJETO**

Contratação de empresa para a prestação de serviços de cobertura securitária (seguro), para assegurar vidas limitadas a 200 estagiários remunerados do Município de Ipatinga, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

CAPITAIS SEGURADOS – IMPORTÂNCIAS INDIVIDUAIS	VALOR
Indenização especial por morte acidental	R\$ 15.000,00
Invalidez permanente, total ou parcial por acidente	R\$ 15.000,00

**JUSTIFICATIVAS**

Trata-se a presente contratação de um serviço essencial para atendimento à legislação vigente.

No âmbito federal, a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que “Dispõe sobre o estágio de estudantes; (...)”, em seu art. 9º, inciso IV, determina que:

*Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:*

*IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.*

No mesmo sentido, a Lei Municipal nº. 3.199, de 05 de agosto de 2013, que “Dispõe sobre a concessão de estágio no âmbito dos Órgãos Públicos da Administração Municipal e dá outras providências.”, em seu art.9º, determina:

*Art. 9º É obrigação da entidade concedente do estágio assegurar ao estagiário seguro*



*contra acidentes pessoais, mediante condições acordadas no Convênio.*

Nesse contexto, a presente licitação visa ao atendimento da obrigação legal de manter seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, esperando-se como resultados a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal e a avaliação da compatibilidade da apólice a ser contratada com os valores de mercado.

É vedada a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto licitado é comum e não tem complexidades quanto à execução, não se vislumbrando nenhum benefício à Administração Pública com a participação de empresas consorciadas.

### **DA FORMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A empresa contratada emitirá APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo aos estagiários remunerados do Município de Ipatinga com cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, abrangendo as seguintes coberturas;

- a) **MORTE POR ACIDENTE** – Garante aos beneficiários do segurado o pagamento do valor do capital contratado;
- b) **INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE** – No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital segurado restante será automática, após cada acidente;

A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantido os riscos relativos às atividades profissionais e extras profissionais.

A seguradora possibilitará a inclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da APÓLICE, garantindo a cobertura a partir da data de admissão no Município de Ipatinga, limitando-se a 200 (duzentos) estagiários simultaneamente, conforme consta do objeto deste Termo de Referência.

A seguradora também possibilitará a exclusão de estagiários, a qualquer tempo, durante o período de duração da APÓLICE.



O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de estagiários será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados.

### **ESTIMATIVA DE CUSTOS**

Os valores de referência estimados para a presente contratação, considerando a média encontrada no mercado é de R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) como valor individual, R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) como valor mensal máximo estimado e R\$ 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais) como valor anual máximo estimado.

A proposta deverá ser apresentada conforme demonstrativo abaixo:

Número de estagiários: máximo de 200 (duzentos)

Número de estagiários: atualmente contratados 90 (noventa)

Prêmio individual mensal: R\$ 15.000,00

Prazo de vigência 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias

Valor total do prêmio: R\$ 15.000,00

Os preços apresentados deverão incluir seguros, taxas e demais encargos livres do ônus adicionais de qualquer natureza;

Os valores globais, bem como as parcelas mensais poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários do Município;

Caso essa quantidade se reduza, o cálculo será baseado da mesma forma.

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária n.º 2025 33 90 39, ficha 174, do orçamento vigente no Município de Ipatinga ou pelas que vierem a substituí-las no próximo exercício.

### **DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os prazos máximos para a execução dos serviços, as especificações e





parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

## **DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### **DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA**

a) Ato constitutivo:

- Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (na íntegra acompanhado de todas as alterações contratuais ou a última Alteração Contratual Consolidada, se houver) devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, sede da empresa contratada;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da CLT.

### **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando a capacidade técnica para atendimento ao objeto, constando declaração do emitente de cada atestado de que a prestação de serviços ocorreu, no mínimo, de forma satisfatória, cumprimento de prazos e demais condições da execução consideradas relevantes.

### **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da Comarca da Pessoa Jurídica contratada.

### **DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

- a) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, no que diz respeito ao trabalho de menores.
- b) Declaração de que esta ciente da obrigação de informar a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32, da Lei n.º 8666/1993, alterado pela Lei n.º 9.648/1998.

### **DO CONTRATO E DA VALIDADE**

- A adjudicatária deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, junto à Secretaria Municipal de Administração, na Av. Carlos Chagas, n.º 789, térreo, Bairro Cidade Nobre - Ipatinga/MG.
- Observar-se-ão, na formalização do Contrato a ser firmado, os dispositivos deste Termo de Referência e do artigo 55 da Lei n.º 8.666/1993.
- O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 365 (trezentos e sessenta e



cinco) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado, alterado ou aditado conforme dispõe inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o Município de Ipatinga, desde que satisfeitas às exigências legais, regulamentares e seja previamente justificado e formalizado por Termo de Aditivo.

- Poderá a Administração, quando adjudicatária não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, aplicar as sanções cabíveis.

- Em casos de contratação de remanescente, em consequência de rescisão contratual, deverá ser atendida a ordem de classificação e aceitas as mesmas condições oferecidas pela empresa contratada, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

### **DA FISCALIZAÇÃO**

- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Administração especialmente designado.

- O representante da Administração Municipal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

- Fica designado como fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato o servidor Lorena Silva Leal Maciel, matrícula 137797-X e Beatriz Palha Leite, matrícula 108796-0.

- A designação do fiscal do contrato deverá ser publicada em ato específico no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ipatinga no momento da Homologação do certame.

### **DAS RESPONSABILIDADES**

### **DA EMPRESA CONTRATADA**



- Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, dentro do prazo e condições estabelecidas, conforme solicitação emitida pelo Município de Ipatinga.
- Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, empreendendo as melhores práticas, observando as normas técnicas aplicáveis, primando sempre pela qualidade e atenção às especificidades indicadas pelo Município de Ipatinga.
- Responder pelos danos diretos ou indiretos causados ao município de Ipatinga ou a terceiros, de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto ou posteriores à execução, mas que dela decorram, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento exercido pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização.
- Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e a qualificação técnica especificadas no Termo de Referência, durante a prestação dos serviços.
- Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto.
- Refazer os serviços, nos quais se verificarem insatisfatórios ao cumprimento do objeto, a partir do conhecimento da demanda devidamente informada pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização.
- Não prestar os serviços de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já, exime o Município de Ipatinga de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitada em seu nome por elementos não credenciados.
- Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.



- Elaborar apólices condizentes com as exigências do Termo de Referência para que não haja conflito de disposições, e fornecer, junto com as apólices de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem tomadas em casos de sinistros.
  
- Emitir a (s) apólice (s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato ou da inclusão do estagiário no quadro de segurados; garantindo o pagamento de uma indenização aos Segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas; de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
  
- As apólices deverão ser entregues no Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos DERHU (No térreo do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga) em até 30 dias após sua emissão.
  
- Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações que produzam durante a vigência do seguro, alterado através do endosso;
  
- Permanecer como única e total responsável perante o Município de Ipatinga inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;
  
- Enviar mensalmente para o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DERHU uma relação com as vidas asseguradas para Av. Carlos Chagas, 789 – Bairro Cidade Nobre – Telefone (31) 3829-8236 – CEP: 35.162-359.
  
- Enviar mensalmente a fatura com antecedência mínima de 30 dias do vencimento.
  
- Na eventual ocorrência de sinistro, a empresa contratada deverá efetuar o pagamento do prêmio aos beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução pelo Município de Ipatinga.

## **DO MUNICÍPIO DE IPATINGA**



- Orientar a empresa contratada quanto à execução do objeto.
- Fornecer e garantir à empresa contratada, todos os elementos e informações pertinentes que se fizerem necessários à correta execução do objeto.
- Permitir o acesso da empresa contratada nas suas dependências, de acordo com as normas e procedimentos de controle interno para acesso.
- Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa à execução do objeto, em face das condições contratadas.
- Indicar os profissionais da Administração que acompanharão, fiscalizarão e atestarão à execução do objeto.
- Remunerar a empresa contratada nas condições contratadas, exclusivamente aos serviços corretamente prestados.
- Rejeitar os serviços e solicitar que sejam empreendidas pela empresa contratada, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que a execução do objeto apresente qualquer inconformidade em relação ao contratado e/ou não atenda às necessidades específicas do Município de Ipatinga.
- Comunicar formalmente à empresa contratada, qualquer irregularidade na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigir falhas ou irregularidades encontradas.
- Cumprir todas as normas e condições estabelecidas;
- Informar a empresa contratada, por meio eletrônico, relação completa dos estagiários contendo nome completo, CPF, data do nascimento, seu beneficiário e data de admissão dos mesmos, quando do envio da nota de empenho e ou boleto;
- Informar a empresa contratada sempre que houver inclusão / exclusão de estagiários.

## **DO PAGAMENTO**

- O pagamento será efetuado nas seguintes condições:



- a) em moeda corrente;
- b) em até trinta dias subseqüentes à data de apresentação do Documento Fiscal relativo aos serviços efetivamente prestados, devendo a mesma estar assinada por funcionário autorizado para o recebimento, emitida em nome do Município de Ipatinga e atestada pela unidade requisitante;
- c) no corpo do Documento Fiscal deverá constar o número da conta bancária e agência onde será efetuado o crédito para quitação da mesma, bem como o número da Nota de Empenho;
- O prazo para pagamento será efetivamente contado a partir do momento em que a licitante vencedora apresentar corretamente o Documento Fiscal e as demais documentações, conforme exigidas para habilitação no processo de contratação e cumprir integralmente as condições contratadas;
  - Em caso de irregularidade do Documento Fiscal pela empresa contratada, o prazo de pagamento, sem alteração do seu valor, será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;
  - Consideram-se incluídas nos preços contratados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza; e outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto;
  - O Documento Fiscal deverá ser emitido pela empresa contratada, contendo obrigatoriamente o n.º de inscrição no CNPJ da efetiva empresa constante dos documentos apresentados no envelope de HABILITAÇÃO, não se admitindo outro CNPJ, de filial ou da matriz;
  - O pagamento será efetuado de acordo com os serviços executados e, de acordo com a quantidade de vidas asseguradas mensalmente, após a comprovação da execução dos mesmos nas condições exigidas.

## **DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS**



- No caso de atraso no pagamento, os preços serão atualizados pelo IPCA- Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo, calculado “pro-rata tempore” entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento.
- A atualização dos preços por atraso de pagamento só será feita nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade do Município de Ipatinga.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da empresa contratada, sujeitando-o, dentre outras, às seguintes penalidades, aplicáveis por representação do Ordenador de Despesas, nos termos das Leis Federais n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002:
  - a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública na esfera Municipal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- A empresa contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando for o caso, será descredenciado no CGF - Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Ipatinga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos seguintes casos:
  - a) Cometer fraude fiscal;
  - b) Apresentar documento falso;
  - c) Fizer declaração falsa;
  - d) Comportar-se de modo inidôneo;
  - e) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
  - f) Não manter a proposta;
  - g) Não entregar amostra;
  - h) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;





- i) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- j) Falhar ou fraudar a execução.

- Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

### **DAS MULTAS**

- A empresa contratada sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, calculada sobre o valor global da nota de empenho:

- a) será de 0,034% (zero virgula zero trinta e quatro por cento) por dia de atraso, caso venha incorrer em atraso na prestação dos serviços;
- b) será de 4% (quatro por cento), caso venha se conduzir culposamente, infringindo, por negligência, imprudência ou imperícia, alguma cláusula contratual;
- c) será de 5% (cinco por cento), por se conduzir dolosamente infringindo as cláusulas contratual durante a prestação dos serviços;
- d) será de 10% (dez por cento), caso venha desistir dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;

- As multas serão descontáveis dos créditos que a empresa tenha junto ao Município de Ipatinga, devendo ser aplicadas por representação do Ordenador de Despesas.

- Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa:

- a) greve generalizada dos empregados da prestadora dos serviços;
- b) interrupção dos meios normais de transportes;
- c) acidente que implique em retardamento da execução do objeto sem culpa por parte da licitante vencedora.

### **DA RESCISÃO**

- O Município de Ipatinga poderá rescindir o contrato independentemente de qualquer interpelação judicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de a empresa contratada infringir quaisquer dos itens do Edital, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Quando ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na



prestação dos serviços;

- c) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da prestação dos serviços a outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial;
- d) O desatendimento reiterado das determinações da fiscalização;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pela fiscalização;
- f) A dissolução da sociedade da empresa contratada;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada, que prejudique a prestação dos serviços;
- h) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução de seu objeto.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 3.555/2000, Decreto Municipal n.º 5.298/2005, Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto.
- O foro para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência será o da Comarca de Ipatinga/MG, com exclusão de qualquer outro.

## **RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA / RAMAL**

- Marilda Otoni Corrêa Moreira dos Santos – Ramal: 8236.

## **DATA E APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS constantes no presente Termo de Referência definem os elementos necessários e suficientes para caracterização do objeto, em consonância às exigências legais e ao interesse público. Nestes termos, APROVO o Termo de Referência.

Bruno Santos Almeida  
Secretário Municipal de Administração

Marilda Otoni Correa Moreira dos Santos  
Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos



**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2023 – SMA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3096/2023**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS**

ITEM	COMPASNET	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. SEGURO DE 1 VIDA (R\$)	VALOR MENSAL SEGURO 200 VIDAS = (VALOR UNIT. X 200)
1	13943	7.18.01.0004-9	Contratação de empresa para prestação de serviços de cobertura securitária (seguro) para assegurar vidas limitadas a 200 estagiários remunerados do Município de Ipatinga.	R\$	R\$
VALOR GLOBAL (VALOR MENSAL x 12 MESES):					R\$

CAPITAIS SEGURADOS – IMPORTÂNCIAS INDIVIDUAIS	VALOR
Indenização especial por morte acidental	R\$ 15.000,00
Invalidez permanente parcial por acidente	R\$ 15.000,00

Declaro que os itens referidos na proposta atendem as especificações do Edital e Anexos, sendo a licitante abaixo qualificada corresponsável pela garantia dos mesmos.

Proposta válida até: ...../...../..... (Não inferior a 90 dias).

Empresa: .....

N.º CNPJ: .....

Endereço: .....

Telefone: (DDD) .....- .....

E-mail: .....

Conta corrente: n.º..... Agência: n.º..... N.º do Banco.....

Nome do responsável pela assinatura do contrato: .....

N.º do CPF do responsável pela assinatura do contrato:.....

Ipatinga, ..... de ..... de 2023

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)  
(ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)



**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2023 – SMA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3096/2023**

TERMO DE CONTRATO  
CELEBRADO ENTRE O  
MUNICÍPIO DE IPATINGA E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_

O MUNICÍPIO DE IPATINGA, com sede na Av. Carlos Chagas, n.º 789, Cidade Nobre em Ipatinga - MG, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica Ministério da Fazenda sob o número 19.876.424/0001-42, representado(a) pelo(a) Secretário Municipal de Administração, representada pelo Sr. ...., CPF n.º .....Cl..... doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa ....., com sede na Rua .....número ....., ....., em....., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número ..... representada por ....., CPF n.º....., Cl n.º....., doravante denominada **CONTRATADA**, com fundamento no Decreto Federal n.º 3.555/00, na Lei Federal n.º 10.520/02, na Lei Federal n.º 8.666/93, com as devidas alterações, no Decreto Municipal n.º 5.298/05, na Lei Complementar n.º 123/06 e demais normas pertinentes e no Edital de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2023 – SMA, Processo Administrativo n.º 3096/2023, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1. Integram este Contrato, naquilo que não contrariar as suas disposições:

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2023 - SMA;

1.2. A proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2. Prestação de serviços de cobertura securitária (seguro), para assegurar vidas limitadas a



200 estagiários remunerados do Município de Ipatinga, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CAPITAIS SEGURADOS – IMPORTÂNCIAS INDIVIDUAIS	VALOR
Indenização especial por morte accidental	<b>R\$ 15.000,00</b>
Invalidez permanente, total ou parcial por acidente	<b>R\$ 15.000,00</b>

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES**

3. São responsabilidades:

3.1. DA CONTRATADA:

3.1.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, dentro do prazo e condições estabelecidas, conforme solicitação emitida pela CONTRATANTE.

3.1.2. Prestar os serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, empreendendo as melhores práticas, observando as normas técnicas aplicáveis, primando sempre pela qualidade e atenção às especificidades indicadas pela CONTRATANTE.

3.1.3. Responder pelos danos diretos ou indiretos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto ou posteriores à execução, mas que dela decorram, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento exercido pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização.

3.1.4. Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e a qualificação técnica especificadas no Termo de Referência, durante a prestação dos serviços.

3.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com



logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto.

3.1.6. Refazer os serviços, nos quais se verificarem insatisfatórios ao cumprimento do objeto, a partir do conhecimento da demanda devidamente informada pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização.

3.1.7. Não prestar os serviços de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já, exime a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitada em seu nome por elementos não credenciados.

3.1.8. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

3.1.9. Elaborar apólices condizentes com as exigências do Termo de Referência para que não haja conflito de disposições, e fornecer, junto com as apólices de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre as providências a serem tomadas em casos de sinistros.

3.1.10. Emitir a (s) apólice (s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato ou da inclusão do estagiário no quadro de segurados; garantindo o pagamento de uma indenização aos Segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas; de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

3.1.11. As apólices deverão ser entregues no Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos DERHU (3º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga) em até 30 dias após sua emissão.

3.1.12. Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações que produzam durante a vigência do seguro, alterado através do endosso;

3.1.13. Permanecer como única e total responsável perante a CONTRATANTE inclusive do



ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

3.1.14. Enviar mensalmente para o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DERHU uma relação com as vidas asseguradas para Av. Carlos Chagas, 789 – Bairro Cidade Nobre – Telefone (31) 3829-8236 – CEP: 35.162-359.

3.1.15. Enviar mensalmente a fatura com antecedência mínima de 30 dias do vencimento.

3.1.16. Na eventual ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do prêmio aos beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução pela CONTRATANTE.

### 3.2. DA CONTRATANTE:

3.2.1. Orientar a CONTRATADA quanto à execução do objeto.

3.2.2. Fornecer e garantir à CONTRATADA, todos os elementos e informações pertinentes que se fizerem necessários à correta execução do objeto.

3.2.3. Permitir o acesso da CONTRATADA nas suas dependências, de acordo com as normas e procedimentos de controle interno para acesso.

3.2.4. Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa à execução do objeto, em face das condições contratadas.

3.2.5. Indicar os profissionais da Administração que acompanharão, fiscalizarão e atestarão à execução do objeto.

3.2.6. Remunerar a CONTRATADA nas condições contratadas, exclusivamente aos serviços corretamente prestados.

3.2.7. Rejeitar os serviços e solicitar que sejam empreendidas pela CONTRATADA, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que a execução do objeto apresente qualquer inconformidade em relação ao contratado e/ou não atenda às



necessidades específicas da CONTRATANTE.

3.2.8. Comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer irregularidade na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigir falhas ou irregularidades encontradas.

3.2.9. Cumprir todas as normas e condições estabelecidas;

3.2.10. Informar a CONTRATADA, por meio eletrônico, relação completa dos estagiários contendo nome completo, CPF, data do nascimento, seu beneficiário e data de admissão dos mesmos, quando do envio da nota de empenho e ou boleto;

3.2.11. Informar a CONTRATADA sempre que houver inclusão / exclusão de estagiários.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA ADMINISTRAÇÃO/FISCALIZAÇÃO E DO CONTRATO**

4.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Administração especialmente designado em ato oficial.

4.2. O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

4.4. Ficam designados como fiscais para acompanharem e fiscalizarem a execução do contrato os servidores Lorena Silva Leal Maciel, matrícula 137.797-X e Beatriz Palha Leite, matrícula 108.796-0.

4.5. A existência de fiscalização não se eximirá a CONTRATADA de nenhuma responsabilidade pela prestação do serviço.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**

5.1. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 365 (trezentos e sessenta e cinco)





dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado, alterado ou aditado conforme dispõe inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a CONTRATANTE, desde que satisfeitas às exigências legais, regulamentares e seja previamente justificado e formalizado por Termo de Aditivo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. A CONTRATADA emitirá APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo aos estagiários remunerados do Município de Ipatinga com cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, abrangendo as seguintes coberturas;

- a) MORTE POR ACIDENTE – Garante aos beneficiários do segurado o pagamento do valor do capital contratado;
- b) INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE – No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital segurado restante será automática, após cada acidente;

6.2. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantido os riscos relativos às atividades profissionais e extras profissionais.

6.3. A seguradora possibilitará a inclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da APÓLICE, garantindo a cobertura a partir da data de admissão no Município de Ipatinga, limitando-se a 200 (duzentos) estagiários simultaneamente, conforme consta do objeto do Termo de Referência.

6.4. A seguradora também possibilitará a exclusão de estagiários, a qualquer tempo, durante o período de duração da APÓLICE.

6.5 O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de estagiários será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados.



## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO**

7. O preço deste contrato pela prestação do(s) serviço contratado é de R\$ .....

7.1. Os preços apresentados deverão incluir seguros, taxas e demais encargos livres do ônus adicionais de qualquer natureza;

7.2. Os valores globais, bem como as parcelas mensais poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários do Município;

7.2.1. Caso essa quantidade se reduza, o cálculo será baseado da mesma forma.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

a) em moeda corrente;

b) em até trinta dias subseqüentes à data de apresentação do Documento Fiscal relativo aos serviços efetivamente prestados, devendo a mesma estar assinada por funcionário autorizado para o recebimento, emitida em nome do Município de Ipatinga e atestada pela unidade requisitante;

c) no corpo do Documento Fiscal deverá constar o número da conta bancária e agência onde será efetuado o crédito para quitação da mesma, bem como o número da Nota de Empenho.

8.2. O prazo para pagamento será efetivamente contado a partir do momento em que a CONTRATADA apresentar corretamente o documento fiscal e as demais documentações, conforme exigidas para habilitação no processo licitatório, e cumprir integralmente as condições contratadas;

8.3. Em caso de irregularidade dos documentos pela CONTRATADA, o prazo de pagamento, sem alteração do seu valor, será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;



8.4. Consideram-se incluídas nos preços contratados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto;

8.5. O Documento Fiscal deverá ser emitido pela CONTRATADA, contendo obrigatoriamente o n.º de inscrição no CNPJ da efetiva empresa constante dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO, não se admitindo outro CNPJ, de filial ou da matriz;

8.6. O pagamento será efetuado de acordo com os serviços executados e, de acordo com a quantidade de vidas asseguradas mensalmente, após a comprovação da execução dos mesmos nas condições exigidas.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS**

9. No caso de atraso no pagamento, os preços serão atualizados pelo IPCA- Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo, calculado “*pro-rata tempore*” entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento.

9.1. A atualização dos preços por atraso de pagamento só será feita nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária de n.º 04.128.0002.2025.3.3.90.39.00/53 (ficha 174/2023) do orçamento vigente no Município de Ipatinga e pelas que vierem a substituí-las nos próximos exercícios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-o, dentre outras, às seguintes penalidades, aplicáveis por representação do Ordenador de Despesas, nos termos das Leis Federais n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42

Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (31) 3829.8000

CEP: 35162-359 - Ipatinga/MG

SECLI  
FL. RUB.

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública na esfera Municipal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

11.2. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando for o caso, será descredenciado no CGF - Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Ipatinga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos seguintes casos:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- f) Não manter a proposta;
- g) Não entregar amostra;
- h) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- i) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- j) Falhar ou fraudar a execução.

11.2.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MULTAS**

12.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, calculada sobre o valor global da nota de empenho:



- a) será de 0,034% (zero virgula zero trinta e quatro por cento) por dia de atraso, caso venha incorrer em atraso na prestação dos serviços;
- b) será de 4% (quatro por cento), caso venha se conduzir culposamente, infringindo, por negligência, imprudência ou imperícia, alguma cláusula contratual;
- c) será de 5% (cinco por cento), por se conduzir dolosamente infringindo as cláusulas contratual durante a prestação dos serviços;
- d) será de 10% (dez por cento), caso venha desistir dos serviços, sem prejuízo de outras cominações legais;

12.2. As multas serão descontáveis dos créditos que a empresa tenha junto ao Município de Ipatinga, devendo ser aplicadas por representação do Ordenador de Despesas.

12.3. Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa:

- a) greve generalizada dos empregados da prestadora dos serviços;
- b) interrupção dos meios normais de transportes;
- c) acidente que implique em retardamento da execução do objeto sem culpa por parte da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13. A CONTRATANTE poderá rescindir o contrato independentemente de qualquer interpelação judicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de a CONTRATADA infringir quaisquer dos itens aqui estabelecidos, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Quando ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na prestação dos serviços;
- c) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da prestação dos serviços a outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial;
- d) O desatendimento reiterado das determinações da fiscalização;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pela fiscalização;
- f) A dissolução da sociedade da Licitante Vencedora;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Licitante Vencedora, que prejudique a prestação dos serviços;



- h) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução de seu objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14. Para dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Ipatinga.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em 06 (seis) vias de igual teor, junto às testemunhas que também assinam, para que produza os devidos fins jurídicos.

Ipatinga, ..... de ..... de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: